


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº:	0001596-48.2013.8.26.0233
Classe - Assunto	Reintegração / Manutenção de Posse - Espécies de Contratos
Requerente:	Gc Locação de Equipamentos Ltda
Requerido:	Vera Lucia Ribeiro Ibatá Me

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Trata-se de ação de rescisão contratual cumulada com cobrança de alugueis e pedido liminar de reintegração de posse movida por **CG LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.**, contra **VERA LÚCIA RIBEIRO ME.** Alegam, em essência, que, por liberalidade, celebraram um contrato de locação, tendo como objeto uma Impressora S30 EPSON, pelo período de 48 meses, com valor mensal de R\$ 1.875,14, pelo o qual a ré obrigou-se a efetuar o pagamento todo dia primeiro de cada mês, iniciando-se em 01 de janeiro de 2013. Sustenta também que celebraram um contrato de seguro patrimonial, fixado na quantia anual de R\$ 1.647,11. Aduz, porém, que a ré inadimpliu o pagamento de 08 parcelas referente ao contrato de locação e duas parcelas referentes ao contrato de seguro dos anos de 2012 e 2013, totalizando um débito no importe de R\$ 18.057,87. Pleiteia a reintegração de posse do referido bem, a condenação da ré ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas até a efetiva reintegração de posse, bem como, a declaração de rescisão contratual. Com a inicial vieram documentos (fls.20/47).

Deferida a liminar (fls. 61).

Diante de tentativas frustradas de citação, a ré foi citada por edital, nomeando-se Curador Especial que apresentou contestação por negativa geral (fls.134/136).

Houve réplica (fls. 140/142).

É o relatório.
DECIDO.

O processo apresenta condições para o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo desnecessária a dilação probatória.

Em que pese o zelo com que laborou o Nobre Curador Especial, a contestação contendo protesto por negativa geral nada trouxe de contundente capaz de afrontar as alegações trazidas pela requerente em sua inicial, estando estas comprovadas pelos documentos que a instruíram.

E, a propósito, devidamente comprovada a existência da relação locatícia, por escrito, sem que coubesse ao locador a prova do inadimplemento das parcelas. Isso porque seria


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Ibaté
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

impossível exigir-se do autor a prova de fato negativo, qual seja, a ausência de pagamento dos alugueis.

Sabe-se que o pagamento, qualquer que seja a sua modalidade ou origem, deve ser provado pelo devedor, independentemente de qualificar fato constitutivo ou fato extintivo, consoante a inteligência do art. 319 do Código Civil e do art. 333, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

Assim, diante do inadimplemento do locatário, de rigor a resolução do contrato de locação e a reintegração da locadora na posse dos bens móveis.

Do mesmo modo, também procede a cobrança, devidamente amparada pelos documentos acostados à inicial, especificados o bem móvel e os alugueis em aberto.

Anote-se ser absolutamente lícita a cumulação de multa moratória com os juros e atualização monetária, visto que são institutos distintos que não se excluem. A primeira tem caráter de sanção pecuniária pelo descumprimento da obrigação no prazo legal. Os segundos constituem a remuneração do capital indevidamente retido pelo devedor e visam coibir a eternização da mora. A terceira, por fim, tem a mera finalidade de repor o valor da moeda perante a inflação.

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTES** os pedidos, para o fim de rescindir o contrato de locação firmado pelas partes, confirmar a liminar para reintegrar a autora na posse do bem móvel relacionado na inicial e condenar a ré ao pagamento dos alugueis e encargos vencidos, no valor indicado na inicial, corrigidos pela Tabela Prática do E. TJSP e com a incidência de juros moratórios de 1% ao mês desde cada vencimento, bem assim com multa moratória de 5%. Em consequência, **JULGO EXTINTO**, com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Por força da sucumbência, condeno a parte ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil, em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.

Interposta apelação, intime-se o recorrido para contrarrazões e, na sequência, encaminhem-se os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 02 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**